

# **LIBERALISMO E TECNOCRACIA: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS CONFLITOS PARA A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NOS REGIMES AUTORITÁRIOS DO CHILE (1973-1982) E DA ARGENTINA (1976-1982)**

Marcos Taroco Resende<sup>1</sup>

**RESUMO:** A maior parte da literatura sobre as políticas econômicas das ditaduras militares do Chile e da Argentina enfatiza a maior radicalidade no caso chileno em relação ao argentino a partir da análise dos resultados econômicos e sociais. Por outro lado, há poucos trabalhos que integram a análise das políticas econômicas ao papel dos economistas como tecnocratas e suas disputas. Neste sentido, o objetivo do trabalho é analisar comparativamente esses casos sob esta ótica interpretativa. A metodologia de pesquisa combinou análise documental e revisão bibliográfica. Os resultados apontam que as equipes econômicas não eram monolíticas e que os *Chicago boys* lograram maior poder em relação aos economistas do caso argentino através de movimentações políticas e institucionais no interior do Estado contra projetos alternativos de política econômica.

**Palavras-chave:** Políticas Econômicas; Economistas; Tecocracia; Chile; Argentina.

## **LIBERALISM AND TECHNOCRACY: A COMPARATIVE STUDY OF CONFLICTS FOR THE FORMULATION AND IMPLEMENTATION OF ECONOMIC POLICIES IN THE AUTHORITARIAN REGIMES OF CHILE (1973-1982) AND ARGENTINA (1976-1982)**

**ABSTRACT:** The most part of the literature about of economic policy of dictatorships of Chile and Argentina emphasizes the great radicality of chilean case than in Argentina from the economic and social results. Still, there are few works that integrate the economic policy analysis to role and conflicts of economists as technocrats. The aim of the research is to analyze comparatively the economic policy formulation and its results since this interpretative optics. The methodology blends documental analysis and a bibliographic research. The results of the study suggest that the economic teams weren't monolithic and that the *Chicago boys* got more capacity and power than the economists in argentine case through political and institutional movements within state against alternative projects.

**Key words:** Economic Policies; Economists; Technocracy; Chile; Argentina.

Área de submissão: Metodologia e História do Pensamento Econômico.

Classificação JEL: D04, N16, N20.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Economia no Programa de Pós Graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). Mestre em Economia pelo Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (PPGEconomia/UNIFAL - MG). Email: marcostaroco07@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Registro ainda a minha gratidão a Roberto Pereira Silva, pelo maravilhoso e profícuo período de orientação da Dissertação da qual resultou este artigo.

## 1. Introdução

Embora haja uma extensa literatura sobre as políticas econômicas das ditaduras do Chile (1973-1990) e da Argentina (1976-1983)<sup>2</sup>, a maior parte dos estudos busca realizar um balanço sobre as políticas implementadas, seus instrumentos técnicos e os resultados econômicos e sociais (Ffrench-Davis, 2003; Ferrer, 2004). Essas análises geralmente estudam a política econômica *stricto sensu*, harmonizando uma interpretação de que, de um lado, houve a aplicação rígida do monetarismo no Chile no tratamento da inflação e nas reformas estruturais e de que, na Argentina, configurou-se uma política econômica pragmática implementada porque Martínez de Hoz sofreu vetos dos militares em relação à recessão e desemprego. Há relativamente poucos trabalhos que integram sistematicamente a análise das políticas econômicas a alguns aspectos relacionados ao papel dos economistas como tecnocracia e suas disputas, tratando a equipe econômica como não monolítica, e entendendo os condicionantes políticos para a formulação e o direcionamento das políticas econômicas. Algumas tentativas não sistematizadas de realizar essa combinação podem ser encontradas em Alduante (1988), Vergara (1994), Valdés (1995), Huneus (1998), Canelo (2004; 2008), Heredia (2004), Novaro e Palermo (2007) e Chateau (2012). Neste sentido, o objetivo do artigo é analisar e comparar a elaboração, execução e resultados das políticas econômicas dos regimes militares do Chile e da Argentina, articulando-as com a participação, atuação e disputas internas dos economistas no processo decisório.

Em termos teóricos, o trabalho de Maria Rita Loureiro (1997) recupera a noção de que a ciência é um campo social dotado de relações de forças, concorrência, monopólios, estratégias e lutas em geral. O estudo deste objeto implica estudar o meio social onde circulam os economistas, de seus grupos, instituições (universidades e centros de pesquisa) e suas disputas como tecnocratas no governo (Loureiro, 1997). Quando observamos a formação do economista na América Latina, a literatura tem observado que em meio a Guerra fria, os Estados Unidos mobilizou uma série de programas e convênios que visavam a “modernização” do ensino e da pesquisa na ciência econômica nos países latino-americanos, mediante o fortalecimento dos programas de pós-graduação locais através dos padrões acadêmicos e científicos da academia norte-americana (Loureiro, 1997; Valdés, 1995; Heredia, 2008; Suprinyak; Fernández, 2015; Fernández; Suprinyak, 2017).

Esse processo ocorreu sob muitas “iniciativas” que se articularam com as especificidades nacionais, caracterizando uma face própria e heterogênea na realidade econômica e social de cada país<sup>3</sup>. De acordo com Montecinos, Markoff e Álvarez Rivadulla (2009, p. 4-5, tradução nossa): “Desafios políticos normalmente inspiraram respostas pragmáticas a ideias que são modificadas de acordo com configurações institucionais e compromissos ideológicos”; o que influi, por exemplo, nos resultados dos programas de ajuste estrutural em diferentes países. Esta ligação entre a expansão das ideias econômicas e a modernização da economia como disciplina, de um lado, e a expressão e a adaptação na política econômica de cada país é o foco do artigo. Lançamos assim uma abordagem, não concebendo as políticas econômicas em si em termos de medidas e resultados, mas do ponto de vista que são implementadas por um economista, este envolto em ambientes institucionais, políticos e sociais, que atua como dirigente político dentro do processo decisório.

A valoração de uma abordagem que liga as disputas tecnocráticas no interior do Estado para o entendimento da implementação da política econômica conjuntamente com o enfoque comparativo – dado que inexistem trabalhos que combinem os dois aspectos para Chile e Argentina - fazem parte da nossa

---

<sup>2</sup> O recorte temporal compreende desde o momento do golpe de cada regime até 1982, momento da crise da dívida externa, o que é condizente com a divisão realizada pela literatura (Ffrench-Davis (2003) e Angell (2005)) sobre um primeiro subperíodo entre 1973 e 1982, quando as políticas econômicas foram aplicadas na sua forma mais pura e radical.

<sup>3</sup> Por exemplo, Suprinyak e Fernández (2017), comparando os casos da influência da Universidade de Chicago no Chile e a Universidade de Vanderbilt no Brasil, apontam que “inclinações pessoais de indivíduos, localizados em contextos institucionais específicos, podem levar a resultados muito diferentes, surgidos de iniciativas similares [...]” (Suprinyak; Fernández, 2017, p.24, tradução nossa).

contribuição para uma lacuna existente na intersecção entre a História Econômica e História do Pensamento Econômico. A metodologia empregada é essencialmente qualitativa e comparativa, com base nas pesquisas bibliográfica e documental. A documentação primária se baseou em entrevistas, artigos em jornais do período, biografias e testemunhos, não só de Martínez de Hoz e dos *Chicago boys*, mas também de membros das equipes econômicas que participaram do governo ou outros economistas e profissionais que com eles estabeleceram contatos.

Além de uma introdução e de uma conclusão, o artigo é composto de três seções. A primeira delas trata da relação entre diferentes frações de militares e os projetos econômicos dos economistas. Em seguida, a seção 3 objetiva comparar o processo de formação dos economistas em cada caso e suas implicações. Por último, na seção 4 exploramos efetivamente os conflitos entre os diferentes projetos de política econômica no interior dos processos decisórios em ambos os casos.

## 2. As frações militares e a tecnocracia nas ditaduras do Chile e da Argentina

Como nosso objeto está inserido em contexto de regimes autoritários, iniciamos o estudo pelas diferentes frações militares, e suas relações com os tecnocratas no governo. Após a derrubada do governo da Unidade Popular (1970-1973) no Chile, formou-se uma Junta militar de quatro membros: Augusto Pinochet do Exército, o Almirante José Toribio Merino representando a Marinha, o Comandante da Força Aérea General Gustavo Leigh, e Cesar Mendonza dos *Carabineros*. Entretanto, o poder foi personificado crescentemente em Pinochet (Angell, 2002). Após o golpe de 1973 não havia consenso a respeito do projeto econômico do regime.

Gustavo Leigh foi quem mais enfaticamente se colocou como um opositor ao avanço das políticas econômicas monetaristas e do personalismo de Pinochet. Em entrevista ao livro *Confesiones* de Sérgio Marras, Gustavo Leigh confirma os relatos da literatura: “Eu combati os *Chicago boys*, discuti com muitos deles, porque não aceitava este sistema de ação puramente econômica em que se desconheciam os problemas sociais” (Marras, 1988, p.134). Além de Leigh, havia o *Comité Asesor de la Junta* (COAJ), uma instituição puramente militar, onde os militares expressavam suas posições diretamente a Pinochet. Leigh tentou expandir sua influência no governo. Foi ele quem indicou para Ministro da Coordenação Econômica o engenheiro Raúl Sáez (um engenheiro com grande experiência na poderosa agência responsável pelas empresas estatais, *Corporación de Fomento a la Producción* - CORFO), que foi o principal representante do enfoque gradualista – que tentava associar a diminuição da inflação sem grandes repercussões na produção e custos sociais - na primeira fase (1973-1975) contra as propostas de “tratamento de choque” – diminuição rápida e drástica da inflação independentemente dos custos sociais - dos *Chicago boys*. Por isso mesmo, a posição de Sáez atraía os oficiais do COAJ (Aldunate, 1988; Queiroz; Queiroz, 2017). Além disso, no Ministério do Trabalho, Leigh indicou o General Nicanor Díaz, que elaborou alguns projetos díspares das propostas dos *Chicago boys* como o “estatuto social da empresa”, o “novo Código do Trabalho”, e uma reforma da previdência que mantinha o sistema de repartição (Pollack, 1999).

Se entre 1973 e 1975 os *Chicago boys* não participaram nos principais cargos decisórios na economia, a partir de 1975 tem-se uma inflexão, quando da aprovação do *Programa de Recuperación Económica* de Jorge Cauas, apoiado pelos *Chicago boys*. Quem decidiu em favor do tratamento de choque em detrimento do gradualismo foi Pinochet, enfraquecendo os aliados de Leigh, como Raúl Sáez e o General Nicanor Díaz, concedendo mais poder aos *Chicago boys* e seu acesso aos cargos mais poderosos. A importância do apoio de Pinochet para a implantação do modelo econômico liberal é reconhecida por inúmeros protagonistas do período. Por exemplo, por Sérgio de Castro<sup>4</sup> no prólogo do *El Ladrillo* em 1992 (De Castro, 1992). E também por Hernán Büchi<sup>5</sup>, que exalta a postura do Presidente, que arbitrou em favor das políticas dos *Chicago boys*, face aos conflitos existentes: “[...] atrás de cada decisão existia uma boa dose de debates, estudos, conflitos, pressões, consensos e disputas. A tarefa governativa é assim, mesmo em um regime autoritário” (Büchi, 1993, p.21-22, tradução nossa).

Apesar de Pinochet ter aberto espaços para os *Chicago boys* na elaboração e implementação da política econômica, não se deve interpretar erroneamente que estes economistas tinham autonomia

<sup>4</sup> Sérgio de Castro é considerado o líder dos *Chicago boys* e foi um poderoso Ministro da Fazenda (1976-1982) (Valdés, 1995).

<sup>5</sup> Engenheiro civil, com pós-graduação em economia na Universidade de Columbia (foi aluno de Jorge Cauas), foi outro poderoso Ministro da Fazenda do regime militar entre 1985-1989.

ilimitada. Na crise no fim do período de análise deste trabalho, em 1981 e 1982, Pinochet não admitiu a manutenção do câmbio fixo devido aos custos sociais sobre uma diminuição dos salários, como demandava parte dos *Chicago boys*.

Para o caso argentino, Novaro e Palermo (2007) e Canelo (2008) são autores que chamam a atenção para o esquema institucional do regime que objetivava, em tese, a distribuição do poder que visava evitar a personificação do poder e um equilíbrio entre as três forças, denominado de *reparto tripartito*. Na própria composição institucional da Junta Militar havia um representante de cada força – o General Jorge Rafael Videla (Exército), o Almirante Emílio Eduardo Massera (Marinha) e o Brigadeiro Orlando Ramón Agosti (Força Aérea). A autoridade da Junta era inclusive superior a do Presidente, e uma marca significativa desta estrutura era que o Presidente não poderia ser membro da Junta Militar (haveria de ser um “quarto homem”). No nível de Ministérios na *Comisión de Asesoramiento Legislativo* (CAL), que tinha a atribuição de elaborar projetos de leis também havia divisões similares. Queremos explorar que, na prática, esse esquema fomentou uma série de atritos e que os conflitos entre diferentes frações das Forças Armadas resultaram em escassa capacidade de formular acordos.

Na presidência, Videla, apoiado pelo Exército, conseguiu se impor como Presidente, ferindo assim a regra do “quarto homem”, tendo previsão de mandato até 1978. Na verdade, conseguiu se manter no poder até 1981 apesar de ter sérios conflitos com outros membros, especialmente com o Almirante Massera, o principal adversário de Rafael Videla, e ao projeto econômico de Martínez de Hoz. Outro problema importante é que, nos ministérios, os funcionários tendiam a responder primeiramente aos respectivos comandantes das Forças Armadas e não ao Executivo (Videla). Já na CAL, os votos eram dados para cada Força, levando ao enfrentamento entre essas forças no que tange aos projetos legislados (Novaro; Palermo, 2007).

Podemos agora indicar mais concretamente como ocorreram as várias tentativas de bloqueios dos militares às políticas econômicas de Martínez de Hoz, para além dos vetos em relação à recessão e ao desemprego. Entre o fim de 1977 e meados de 1978 Martínez de Hoz enfrentou sérias dificuldades em relação à implementação de uma política monetária rígida, a qual os militares se mostraram contrários, o que fez Martínez de Hoz abandoná-la no início de 1978. Além disso, o próprio desenho da reforma financeira foi contrastado pelos militares na CAL, que com o apoio de empresários locais, instituíram a garantia estatal de 100% dos depósitos.

Todavia, um dos marcos mais representativos da interferência direta dos militares na tentativa de execução da política econômica, contra Martínez de Hoz (que preparava a reforma financeira), ocorreu em 1977, quando da criação do Ministério do Planejamento inspirado na proposta de plano político *Proyecto Nacional* do General Ramón Genaro Díaz Bessone (Novaro; Palermo, 2007; Canelo, 2008). O Ministério do Planejamento tinha a atribuição de assessorar o Presidente da República, o que conferia um grande peso no processo decisório. O Presidente Rafael Videla, mesmo sinalizando apoio à Martínez de Hoz no Ministério da Economia, criou o Ministério do Planejamento que se opunha frontalmente ao programa econômico liberal.

A criação do Ministério do Planejamento gerou muitas críticas dos liberais porque contradizia a proposta de racionalização da administração pública e, ademais, tinha a conotação de um “superministério” concorrente ao Ministério da Economia. Em dezembro de 1977, Díaz Bessone renunciou ao cargo e foi substituído pelo General Carlos Henrique Laidlaw, o que indicava que a duração do ministério não seria longa, o que se confirmou na reforma ministerial realizada por Rafael Videla em outubro de 1978 (Canelo, 2004; 2008). Este contexto significou um ganho de autonomia, embora limitada, na implementação da política econômica, propondo medidas mais radicais como a *tablita*. A autonomia limitada se deu porque apesar de Videla propor uma abertura dos ministérios à participação civil, a Junta Militar rejeitou a maior parte. Apenas em dois ministérios Videla conseguiu encaminhar seus propósitos: o fechamento do Ministério do Planejamento e a substituição no Ministério de Trabalho do General Liendo (que queria reapplicar as negociações coletivas retiradas por Martínez de Hoz) pelo General Llamil Reston (Novaro; Palermo, 2007). Este último movimento é similar ao realizado por Pinochet no Chile ao retirar o Ministro do Trabalho Nicanor Díaz, que elaborava propostas para área do trabalho diferentes da flexibilização do mercado de trabalho projetada pelos *Chicago boys*. Porém no Chile não tardou muito para que José Piñera, um economista formado na Universidade Havard, mas que é reconhecido como um *Chicago Boy* pela

extrema proximidade do grupo e ações no governo, encabeçasse a pasta e realizasse reformas trabalhistas e previdenciárias radicais. Já na Argentina, embora o novo ministro Llamil fosse mais alinhado com as propostas de Martínez de Hoz, era um militar. Houve um acordo entre os ministérios.

Apesar deste pequeno avanço proporcionado pelas ações na reforma ministerial de 1978, os conflitos não cessaram. Havia um grupo desenvolvimentista dentro das Forças Armadas que estava ligado à *Dirección General de Fabricaciones Militares* e às suas empresas estatais (Canelo, 2004; Novaro; Palermo, 2007). Com o crescimento do complexo industrial-militar, formou-se uma importante burocracia estatal que permaneceu nos cargos de importantes empresas industriais ao longo do Processo de Reorganização Nacional, dificultando as privatizações, que avançaram pouco no período.

Em suma, embora seja factível a interpretação corrente na literatura de que os militares chilenos apoiaram as políticas econômicas liberais, e na Argentina não, com vetos dos militares em relação a recessão e o aumento do desemprego, trata-se de um argumento geral. Na verdade, no Chile também havia por parte dos militares resistências e alternativas contrárias às políticas econômicas dos *Chicago boys* no interior do governo, e Pinochet permitiu o avanço dos *Chicago boys* e suas ideias sobre outros projetos. Já na Argentina essa personalização foi dificultada pelo modelo institucional e pela própria resistência numerosa e densa dos militares argentinos.

### **3. As formações e as atuações dos economistas liberais: o processo de americanização da economia como disciplina científica em diferentes realidades nacionais**

Como a análise do objeto de pesquisa é realizada através de um ângulo que privilegia a participação e a atuação dos economistas nos respectivos governos militares do Chile e da Argentina, antes de tomá-los propriamente como agentes envolvidos, levamos em conta alguns elementos históricos que os precederam como “economistas” e “tecnocratas”. Ao entender esse modo de adaptação do processo de americanização aos casos nacionais pode-se perceber suas implicações, como a maior ou menor coesão interna dos economistas formados no exterior.

A partir da década de 1960, com a rápida expansão do processo de modernização das ciências sociais, a profissão de economista já era relativamente consolidada no Chile e considerada a mais forte da América Latina (Montecinos, 2009). Antes do processo de “americanização”, o processo de separação da economia em relação a outras disciplinas já se encontrava avançado pelo ambiente universitário estável no Chile, no qual o processo de modernização foi apoiado decisivamente pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Apesar da criação das principais faculdades de economia nas décadas de 20 e 30, até a década de 1950 seus cursos eram ainda tradicionais, muito ligados à engenharia, ao direito, e com disciplinas de administração de negócios (Montecinos, 2009). Até o convênio com a Universidade de Chicago em 1955, a PUC não era a maior universidade do país. Pelo contrário, a Universidade do Chile era a maior, mais influente e possuía um maior prestígio internacional, contando com um departamento de economia mais forte do que a Universidade Católica, mesmo que mais novo, e com uma vocação do pensamento estruturalista da CEPAL e dependentista em seu meio (Chateau, 2012). Embora a constituição da economia como disciplina e sua profissionalização estivesse relativamente consolidada no Chile na década de 1960, não quer dizer que os economistas haviam conquistado totalmente o Estado chileno. Esse processo que se iniciou lentamente na década de 1940, mas apesar do avanço relativo, não havia ainda uma hegemonia dos economistas nos principais cargos de direção econômica, dividindo posições com engenheiros e advogados. No caso argentino esse processo se encontrava em um estágio similar, e sob a ditadura também avançaria, mas de maneira ainda lenta e esparsa, pois o cargo mais poderoso ficou no comando do advogado liberal Martínez de Hoz.

Mas, se o nível de acesso aos postos do Estado era similar antes dos respectivos golpes, o que explica que no Chile os *Chicago Boys* tenham conseguido adentrar as arenas decisórias do Estado, dominando-as, enquanto na Argentina os economistas formados no exterior estiveram submetidos a Martínez de Hoz? A primeira parte da resposta pode ser vista na trajetória institucional da formação e desenvolvimento da disciplina em duas instituições-chaves e na coesão interna dos *Chicago boys* e os contatos destes economistas com outros agentes sociais antes do golpe, etc... Já a segunda parte, será respondida na próxima subseção com foco no modo de participação e atuação dos *Chicago Boys* nos conflitos com outros economistas no interior do governo, quando realizaram o último trajeto do caminho trilhado pelos economistas aos cargos mais poderosos do Chile.

Em relação à profissão de economista na Argentina, Glen Biglaiser (2009) enfatiza que a profissão de economista se desenvolveu tardiamente, a despeito do alto grau educacional do sistema escolar e da população no século XX. Seus primórdios referem-se a um curso de Doutorado em Ciência Econômica criado em 1913 pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Porém, era um curso voltado à aquisição de habilidades de contabilidade. Conforme Biglaiser (2009), entre 1940 e 1970 houve curtos interregnos em que a autonomia universitária de fato vigorou. Neste sentido, a tímida tendência de profissionalização dos economistas, que vinha se formando na década de 1930<sup>6</sup>, interrompeu-se a partir da primeira administração de Juan Domingo Perón (1946-1995). A perseguição a professores universitários seguiria mesmo no *Proceso de Reorganización Nacional* (1976-1983).

O período decenal entre 1955-1965 é um importante marco para o crescimento das ciências econômicas e dos economistas nas universidades, nos órgãos governamentais, na sociedade civil e nas universidades, com associação com as ideias da CEPAL (BIGLAISER, 2009). É justamente a partir do interregno na década de 1950 que se instaurou o já mencionado processo de “profissionalização” da economia (Heredia, 2004). Para Biglaiser (2009) esse processo visava diminuir a influência do estruturalismo cepalino na universidade por meio da reformulação dos currículos e no plano de formulação de ideias liberais.

Ao contrário do caso chileno, na Argentina os espaços públicos de geração de conhecimento econômico, no Estado e nas universidades tradicionais, estavam inseridos em um clima político interno de perseguições políticas e instabilidades econômicas para os docentes, pela baixa oferta de empregos *full time* e baixos salários (Loureiro, 1997; Heredia, 2004). Isso implicou no processo de americanização descentralizado e uma menor coesão interna dos economistas argentinos formados no exterior. Além disso, o caso argentino teve uma configuração institucional específica marcante: a relação entre empresários e centros de estudos. Sobre este aspecto que contrasta com as condições do Chile, Biglaiser (2009) desenvolve e propõe uma explicação que balanceia fatores de “oferta de economistas” nos Estados Unidos e também de sua demanda no país. Segundo o autor, se a educação pública do país não consegue absorver os economistas formados no exterior, há um incentivo para que esta tarefa recaia sobre os institutos e universidades privadas, que ofereciam melhores salários e oportunidades de trabalhos para economistas formados nos Estados Unidos.

Neste sentido, a pesquisa de Heredia (2004) estuda alguns os novos centros de pesquisa financiados por empresários que assumiram a tarefa de receber e mesmo fomentar a criação dos economistas formados no exterior. Alguns centros de pesquisa foram: A *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas* (FIEL), o *Instituto de Estudios Económicos sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana* da *Fundación Mediterránea* (IEERAL-FM) e o *Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina* (CEMA). Esses economistas são classificados no trabalho da autora como “liberais tecnocratas”, por se notabilizarem por uma formação técnica com pós-graduação nos Estados Unidos a partir da década de 1960, em oposição aos “liberais tradicionais”, aqueles tradicionalmente representantes do liberalismo econômico argentino no século XX. Conforme Ramírez (2010) essas organizações elegeram a luta ideológica como estratégia central de embate social e político, porque esses economistas detinham “[...] maior capacidade para traduzir os interesses e desejos dos empresários, enunciados cientificamente, e deste modo, outorgar um marco de legitimidade ante outros agentes sociais, assim como poderia assumir, caso necessário, sua implementação” (Ramírez, 2010, p.288, tradução nossa).

Em suma o processo de americanização na Argentina ocorreu de maneira descentralizada e encontrou bases universitárias desarticuladas, ao contrário do Chile, que com características centralizadas e com um ambiente estável. No que se relaciona a coesão interna, os estudantes contemplados pelos recursos não provinham nem foram para as mesmas universidades. Além disso, o envolvimento dos empresários com os economistas é importante. Por trás da especificidade argentina, queremos enfatizar que esses economistas formados no exterior (liberais tecnocratas na terminologia da literatura) não eram os únicos representantes dos interesses empresários argentinos ou das associações de classe, pois os liberais tradicionais, gozavam ainda de grande prestígio social entre os empresários.

---

<sup>6</sup> No Estado, na década de 1930, após criar o Banco Central do país, Raúl Prebisch enviou economistas para realizarem pós-graduação no exterior, especificamente na Universidade de Harvard (Loureiro, 1997).

#### 4. As equipes econômicas e a equipe dos *Chicago boys* no Chile e Martínez de Hoz no contexto dos conflitos externos e internos à sua equipe econômica na Argentina

A imagem *ex-post* de que até 1982, no contexto repressivo do regime autoritário chileno, as políticas econômicas monetaristas dos “*Chicago boys* puderam avançar independentemente de seus custos sociais (Cano, 2000; Ffrench-Davis, 2003). Entretanto, não se pode ignorar que entre 1973 e abril de 1975 há uma primeira fase, na qual foi aplicado um programa econômico eclético de maneira geral gradualista (Pollack, 1999) e na qual os *Chicago boys* participaram de uma “coalizão de economistas” (Valdés, 1995). Esta fase é importante porque nela encontramos o processo de formação da equipe econômica, que aglutina várias tendências representadas por uma série de protagonistas, e isto dá substância ao nosso argumento de observar o campo dos economistas e o processo decisório interno a partir de conflitos.

Inicialmente o Contra-Almirante Lorenzo Gotuzzo - que convidou membros do Partido Democrata-Cristão (PDC) - assumiu o Ministério da Fazenda, o General Rolando González se encarregou do Ministério da Economia e o General Eduardo Cano, a presidência do Banco Central. Mas, conforme Chateau (2012) e Muñoz (2008), nenhum desses militares tinham experiência e competência técnica para tais cargos. O General Gustavo Leigh convidou Raúl Sáez, um engenheiro civil, para ser conselheiro econômico geral do governo, se tornando o Ministro da Coordenação Econômica e Desenvolvimento em 1974, com a função de harmonizar as políticas econômicas dos distintos ministérios (Queiroz; Queiroz, 2017). Sáez indicou Fernando Léniz, um dos maiores executivos do jornal *El Mercurio*, para o Ministério da Economia, que aceitou o cargo oferecido. Também em 1974 o Almirante Lorenzo Gotuzzo foi substituído por Jorge Cauas no Ministério da Fazenda (Muñoz, 2008). Esses três técnicos, Sáez, Léniz e Cauas foram os principais protagonistas na área econômica nesta primeira fase.

Mesmo inseridos em cargos de menor escalão no início do governo, nesta primeira fase, os *Chicago boys* lograram exercer alianças e influência sobre outros grupos civis. Uma importante aliança, que será explorada mais adiante, foi a realizada com os *gremialistas*<sup>7</sup> para formar a tendência autoritária dentro do governo, principalmente na *Oficina de Plannificación Nacional* (ODEPLAN) (Huneus, 2001). Pela análise documental, verificamos que os *Chicago boys* conseguiram exercer influência sobre outros membros da equipe econômica, como no Ministro da Fazenda Lorenzo Gotuzzo, o Ministro da Economia Fernando Léniz e decisivamente em Jorge Cauas. As declarações desses membros tinham importantes paralelos com o *El Ladrillo* e com os discursos dos *Chicago boys*.

O Ministro da Fazenda, Contra-Almirante Gotuzzo (1978a), ainda em 1973 expressou uma ruptura com o modelo de substituição de importações, bem como declarou que já estava em estudo a reforma previdenciária, bem como a reforma tarifária para dar fim ao protecionismo que desincentivava a agricultura e a mineração. E de fato o ministro iniciou as reduções sobre tarifas de importação. De outro lado, Fernando Léniz em 1974 também expressava as críticas contidas no *El Ladrillo* sobre o processo de industrialização chilena (Léniz, 1978b) e, ao lado de Lorenzo Gotuzzo, enfatizou a necessidade de uma política previdenciária (Léniz; Gottuzo, 1978) que já estavam presentes no *El Ladrillo* e que Sérgio de Castro retomaria em 1980. Fernando Léniz ainda proclamava o “[...] princípio de subsidiariedade do Estado, isto é que o Estado só atua quando os indivíduos não estão em condições de fazer” (Léniz, 1978a, p.129). Ademais, como é característico dos *Chicago boys*, Léniz utilizava o argumento da teoria econômica única, defendendo a aplicação de “princípios econômicos gerais, os mesmos que se aplicam em outros países do mundo e são válidos em qualquer parte” (Léniz; De Castro, 1978, p.93, tradução nossa).

A literatura aponta também que havia uma contradição no seio da decisão governamental na área econômica entre Jorge Cauas, mais adepto às visões econômicas de matriz liberal pró-mercado, que formulou o *Programa de Recuperación Económica em 1975*, que tinha o apoio dos *Chicago boys*, e de outro lado Raúl Sáez, que representava uma voz explícita no governo da perspectiva gradualista (Aldunate, 1988; Pollack; 1999; Muñoz, 2008; Chateau, 2012). Reveladora da disputa entre Jorge Cauas (e os *Chicago boys*) e Raúl Sáez foi uma declaração recente de Sérgio de Castro:

---

<sup>7</sup> O *gremialismo* foi um movimento político conservador liderado pelo professor e advogado Jaime Guzmán, apoiado em uma ideologia corporativista idealizada a partir do *franquismo* na Espanha (Montecinos, 2009).

O fato de que Sáez se manteve no cargo de Coordenador Econômico não ajudava [...] As diferenças da equipe econômica eram evidentes [...] De fato, começou a gestar-se um programa alternativo encabeçado por Raúl Sáez [...] Sáez se convertia em um *Superman*, com atribuições inclusive maiores que as da Junta. Mas o mais grave era [...] voltar atrás, fixar de novo os preços, a taxa de câmbio, etc... Foi aí então que nos colocamos firmes (Arancibia; Belart, 2007 *apud* Pérez de Arce, 2018, p.270-271, tradução nossa).

O testemunho de Sérgio de Castro explicita que não só importavam as medidas econômicas *stricto sensu*, mas também um poder institucional e tecnocrático que ampliasse a capacidade de atuação sobre uma área maior da estrutura do Estado e da economia. O avanço de um projeto encabeçado por Cauas e Sérgio de Castro ocorreu mediante uma institucionalização: a concentração do poder de tomada de decisões no Ministério da Fazenda na figura de Jorge Cauas. No dia 12 de abril de 1975, pelo Decreto-Lei nº 966, o governo concentra o poder sobre todos os ministérios nas mãos de Jorge Cauas através da instituição de “Faculdades extraordinárias ao Ministro da Fazenda, destinadas a materializar de forma unitária a política econômica e financeira do governo [...]” (Méndez, 1978, p.163, tradução nossa). Este mesmo decreto retira poderes do Ministério da Coordenação Econômica e Desenvolvimento (cargo ocupado por Raúl Sáez), substituindo sua função de harmonizar as políticas de todos os ministérios e agências do governo (agora sob o poder do Ministro da Fazenda) por outra, de representação externa do governo, tornando-se Ministério da Coordenação Externa, no qual Sáez logo renunciaria.

No “*Programa de Recuperación Económica*”, anunciado em 24 de abril de 1975, Jorge Cauas muda a percepção anterior do enfoque gradualista devido aos custos sociais do desemprego de uma detenção brusca da inflação expressadas antes de 1975 – declaradas, por exemplo, em Cauas (1978c) - para um tratamento radical (Cauas, 1978a, p.173). Essa mudança de postura é instrumentalizada pelo Ofício circular nº 43 do dia 2 de maio de 1975, o qual contém instruções baixadas pelo ministro com a redução dos gastos correntes de capital do Estado (Cauas, 1978d, p.176). Essa confluência do discurso de Jorge Cauas com as propostas dos *Chicago boys* mostra a influência do grupo sobre o economista que, *a priori*, não estava alinhado. Paralelamente a derrota de Raúl Sáez e dos gradualistas, houve uma derrota das propostas dos militares ao redor do Ministro do Trabalho e Previdência Social, Nicanor Díaz, General da Força Aérea, ao lado do comandante da força na Junta, Gustavo Leigh. Vale lembrar, que Leigh e Sáez eram próximos<sup>8</sup>.

Antes de adentrar à fase 1975-1982 cabe indicar duas articulações ou estratégias específicas dos *Chicago boys* durante a primeira fase, que permaneceram em 1975. A primeira é a “aliança” com os *gremialistas*, que foi de suma importância, para a expansão da zona de influência dos economistas no Estado. A segunda é o significado da visita de Milton Friedman em abril de 1975, criticando sumariamente as políticas gradualistas.

Apesar de um menor papel na fase inicial em termos de cargo, a ligação entre os *Chicago boys* no governo com os *gremialistas* foi importante para a conformação do modelo econômico liberal no Chile, fundamentalmente na *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN) (Montecinos, 2009). Uma série de contatos e alianças interpessoais extrapolaram a lógica científica, recaindo no campo da política e da rede de contatos para atingir determinado objetivo. Nesta rede de contatos, temos o membro da Junta Militar, Almirante José Torbino Merino, que assumiu a Coordenação Econômica e Desenvolvimento após a saída de Sáez, convidando Roberto Kelly para Diretor Geral da ODEPLAN. Especificamente, tem importância a entrada no órgão de Miguel Kast, formado na Universidade de Chicago e também *gremialista*, que progressivamente colocou os economistas formados em Chicago nos cargos principais da administração pública (Pollack, 1990).

A ODEPLAN impôs sobre todas as arenas decisórias do governo procedimentos e métodos estritos, sob o argumento de que a racionalidade econômica “científica” era a fonte mais confiável para decisões governamentais (Montecinos, 2009). O aumento do poder da ODEPLAN, diminuiu o poder de planejamento econômico e intervenção da CORFO, e a tarefa de estudos de políticas públicas entrava em

---

<sup>8</sup> A oposição em relação às propostas de Nicanor Díaz é confirmada por Sérgio de Castro “[...] Em torno do General Leigh se consolidou uma posição que era estranha à liberalização que nós propiciávamos” (Arancibia; Balart, 2007 *apud* Chateau 2012, p.200, tradução nossa).

conflito com o *Comité Aesor de la Junta de Gobierno* (COAJ) (Huneus, 1998). A dimensão de conflitos entre instituições é aqui exacerbada. Não só no interior do governo, mas também em instituições de produção do conhecimento econômico. A ODEPLAN fomentou diversos convênios com a Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC), instituição onde a maior parte dos *Chicago boys* se graduou. Já com a Universidade do Chile – que possuía um maior prestígio acadêmico com destacados economistas, mas que eram críticos ao governo – não foi assinado nenhum convênio (Huneus, 1998).

Além disso, em março de 1975 ocorreu um seminário de políticas econômicas realizado pela entidade privada *Fundación de Estudios Económicos*, entidade do Banco Hispanico do Chile (BHC), para o qual foram convidados renomados economistas monetaristas, como Milton Friedman, Arnold Harberger e Carlos Geraldo Langoni (Loureiro, 1997). Na conferência mais importante de Friedman no seminário - *Bases para un Desarrollo Económico* – ele expressou claramente sua repudia ao gradualismo: “[...] não creio que para Chile uma política de gradualismo tenha sentido. Temo que o ‘paciente’ morra antes que o ‘tratamento’ surta efeito. Creio que o Chile pode ganhar muito se examinar os exemplos relacionados com o ‘tratamento de *shock*’ para o problema da inflação e da desorganização” (Friedman 1975, p.25, tradução nossa). Além das declarações públicas, Milton Friedman enviou uma carta a Pinochet em 21 de maio de 1975 apoiando o tratamento de choque contra medidas gradualistas e sugerindo diversas medidas de política econômica, conforme reproduzida por Piñera (2006). Sugerimos que o seminário e a presença do Friedman serviriam para dar legitimidade em termos simbólicos para a alteração de uma política gradualista para a de tratamento de choque<sup>9</sup>.

Na fase que se inicia com a implementação do programa monetarista de Jorge Cauas e dos *Chicago boys* e finda em 1982, os *Chicago boys* se efetivaram no poder, conseguindo imprimir políticas econômicas radicais: em geral pelas reformas estruturais da economia e a adoção do enfoque monetário do balanço de pagamentos como estratégia anti-inflacionária. Duas figuras muito importantes foram o Ministro da Fazenda Sérgio de Castro, e José Piñera, que ocupou cargos importantes no período, como o Ministério do Trabalho e da Previdência Social e o Ministério da Mineração. Se, por um lado, os *Chicago boys* conseguiram estender sua influência a partir de 1975, isso foi acompanhado por percalços e disputas, inclusive internas ao grupo.

As reformas de longo prazo na economia chilena foram expressas entusiasticamente em 1981 em um discurso do Ministro da Fazenda Sérgio de Castro (De Castro, 1981). Dentre as reformas estruturais, as reformas realizadas por Piñera tinham grande destaque: a trabalhista e a previdenciária. A reforma da previdência é um dos símbolos da capacidade de realização de reformas radicais dos *Chicago boys* após 1975 e da própria capacidade dos *Chicago boys* se articularem no interior do Estado. Chamamos a atenção aqui para a atuação dos economistas para sua efetivação.

Para isso, concentramo-nos agora no debate em torno da administração privada dos fundos de pensões, com base na análise da ata secreta, de número 398-a, de uma reunião ocorrida em 14 de outubro de 1980, que foi recentemente desclassificada (Chile, 1980). Como é fato conhecido, a administração dos fundos ficou a cargo do setor privado, as chamadas *Administradoras de Fondo de Pensión* (AFP), ao modo como Piñera desejava. Procuramos argumentar que a reforma da previdência não foi aprovada sem nenhum tipo de oposição no interior da sua elaboração e que demandou convencimento e persuasão dos *Chicago boys* para ser aprovada. Em ata desclassificada recentemente, é possível observar que Pinochet concordava com uma reforma da previdência, mas desconfiava do setor privado: “não estou de acordo no problema de que os capitais vão às mãos privadas [...] me choca estimar que os senhores empresários ainda não possuem capacidade para administrar 97 milhões de dólares mensais” (Chile, 1980, p.3, tradução nossa). Mas na condição de guardião do projeto de capitalização, o Ministro José Piñera intervém e contra-argumenta com 10 pontos em relação à preocupação “legítima” de Pinochet, enfatizando a necessidade de aprovação do projeto (Chile, 1980).

---

<sup>9</sup> A visita de Friedman acontece justamente um mês antes da escolha de Pinochet em abril pela abordagem da inflação por meio do “tratamento de choque”. Há uma visão geral que Friedman foi uma espécie de “assessor” do governo Pinochet. Montes (2016) é contrário a esta visão, com base em resposta de Pinochet à carta de 21 de abril. No dia 16 de maio de 1975 Pinochet responde que as propostas de Friedman coincidem com o plano elaborado por Cauas, que já estava formulado.

Passamos agora à questão inflacionária e aos conflitos entre os *Chicago boys*. Na segunda fase, 1975-1982, a aplicação radical da política econômica não foi instrumentalizada apenas pelo “tratamento de choque” em relação ao problema inflacionário. Na verdade, a abordagem da inflação foi focada mais na valorização do câmbio real, anunciada por Jorge Cauas em 1976, para atuar sobre as expectativas dos agentes econômicos<sup>10</sup>, isto é, o enfoque monetário do balanço de pagamentos (Cauas, 1978b, p.262, tradução nossa).

Buchi (1993, p.170, tradução nossa) relata em seu testemunho que “[...] a crise introduziu uma séria fratura na consciência neoliberal das equipes de economistas [...]”. Os agrupamentos entre os economistas do debate em torno da desvalorização são realizados por Aldunate<sup>11</sup> (1988). Particularmente exemplar desse processo, tem-se a *Exposición de la Hacienda Pública* de 1981, na qual, o Ministro da Fazenda Sérgio de Castro esboça uma defesa ampla da valorização real da taxa de câmbio. O ministro lança argumentos com roupagem técnica em consonância com o enfoque monetário do balanço de pagamentos (De Castro, 1981). É interessante notar que a defesa da valorização cambial se opõe de maneira clara às diretrizes de desvalorização cambial no *El Ladrillo*, quando argumentou-se que os problemas históricos do setor externo eram resultados da política de valorização do câmbio real para favorecer a industrialização, que tendiam a gerar elevação da dívida externa e dependência externa do país (De Castro, 1992).

Conforme enfatizam Aldunate (1988) e Büchi (1993), Sérgio de Castro explica a crise pela inflexibilidade da economia em se ajustar rapidamente, principalmente por causa da resistência dos salários a diminuir. Portanto, o ajustamento da economia não deveria ser realizado via diminuição dos salários, e não como sugeria José Piñera e outros com a desvalorização cambial. Na conjuntura os limites da realidade e seus custos se impuseram para políticas econômicas tão radicais, e Pinochet decidiu que seriam excessivos, optando pela desvalorização cambial, fazendo com que nesse contexto Sérgio de Castro renunciasse.

Na Argentina, Canelo (2008) divide os membros de cargos na ditadura argentina com a identificação de “*dos almas*”, os “nacionalistas” e os “liberais”, que disputavam espaços de poder. Dentro do campo liberal, assim como Canelo (2008), Heredia (2004) entende que havia um conflito entre os “liberais tradicionais” e aqueles que se identificam como especialistas em economia, os “tecnocratas”. A principal voz do liberalismo tradicional externamente ao governo era o engenheiro Álvaro Alsogaray, mas não foi o único a tecer críticas à política econômica do governo. No interior da equipe econômica, o principal representante era o Secretário da Fazenda, Juan Alemann. Do lado dos “liberais tecnocratas” alguns dos maiores representantes eram Adolfo Diz (Presidente do Banco Central), Ricardo Arriazu (Chefe de Assessores do Banco Central) e Carlos Rodríguez (assessor de Martínez de Hoz) (Canelo, 2008; Heredia, 2004; Argentina, 2016).

O marco inicial da implementação das políticas econômicas liberais na Argentina se encontra no dia 2 de abril de 1976, quando Martínez de Hoz anunciou em Cadeia de Rádio e Televisão o programa econômico denominado *Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina*. Neste discurso, o aspecto da radicalidade da política econômica chilena não nos parece ser compartilhado. O ministro tonaliza um programa econômico mais pragmático. Este aspecto aparece em vários momentos do plano. Ao contrário do caso chileno, Martínez de Hoz assinalou que a política de redução do déficit público seria realizada de maneira gradual em função da magnitude do déficit, em detrimento de um tratamento de choque “[...] que o país não parece estar em condições de suportar” [...] (Martínez de Hoz, 1981, p. 354, tradução nossa).

A preocupação com o desemprego massivo era uma constante nos discursos do ministro em todo o período em que se manteve no governo. O mais representativo é um discurso realizado em 1979,

---

<sup>10</sup> A taxa de câmbio seria reajustada na mesma magnitude do aumento da inflação, para manter o câmbio real constante. Porém, na prática, as desvalorizações foram inferiores, gerando valorização real da taxa de câmbio. O enfoque monetário do balanço de pagamentos foi formulado primeiramente em torno de 1976 e 1977 pelos economistas Jacob Frenkel e Hary Gordon Johnson, professores da Universidade de Chicago (Johnson; Frenkel, 1977). No Chile, a adoção completa ocorre em 1979 com a fixação da taxa de câmbio.

<sup>11</sup> Os que defendiam o câmbio fixo eram: Sérgio de Castro, Pablo Baraona, Alvario Bardón, Sergio Undurraga, Sérgio de la Cuadra, Álvaro Donoso. De outro lado queriam a desvalorização José Piñera, Manuel Cruzat, Juan Braun e Emilio Sanfuentes, Andrés Sanfuentes, Jorge Cauas, Juan Villarzú e José Luis Zabala.

participando de uma reportagem do canal 9 sobre assuntos polêmicos e críticas, quando enfatiza que o Chile também demorou a diminuir a inflação e que “[...] segue com uma alta taxa de desemprego, que nós não temos, porque é uma economia muito mais simples e por isso abaixou brutalmente suas tarifas aduaneiras, o que nós temos feito muito gradualmente” (Martínez de Hoz, 2016j, p.485, tradução nossa). As baixas taxas de desemprego da economia argentina são sinalizadas como algo positivo pelo ministro. Em várias ocasiões também se prezou pela combinação de combate à inflação e aumento da atividade econômica. Em termos de emprego e inversão pública, Martínez de Hoz externaliza, como articulador, dois sinais. Essa certa “vacilação” se reflete primeiramente na inversão pública, ora declarando que os imperativos legais e os herdados em relação as obras não concluídas da gestão do governo anterior não permitiram a redução (Martínez de Hoz, 2016d), ora anunciando projetos de longo prazo de inversão pública (Martínez de Hoz, 2016a). Esses sinais diversos sugere a tentativa de agradar aos militares e aos “nacionalistas”, que demandavam o aumento dos investimentos públicos para não incorrer em desemprego, e os liberais.

Dada a prioridade do combate à inflação, o problema fiscal estava na rota inicial do governo. Durante o primeiro ano de governo, Martínez de Hoz anunciou que o governo argentino conseguiu diminuir o déficit público através da diminuição dos gastos, combinado com um sistema tributário reformado (Martínez de Hoz, 2016e). A avaliação no fim de 1976 era que a inflação havia descendido de forma importante, dado a tendência de queda de 444% para 176% em 1977.

Com o pragmatismo reinante na política econômica, os liberais tradicionais externos ao governo teceram as primeiras críticas. Um dos maiores protagonistas era o engenheiro Álvaro Alsogaray. Em agosto de 1976, no jornal *La Prensa* criticou a política econômica porque, segundo ele, o governo estaria seguindo uma política “dirigista” na prática (Vicente, 2011). Apesar de algumas críticas, alguns aspectos do programa agradavam ao campo liberal nos primeiros momentos da ditadura, principalmente em 1976. Heredia (2004) explica que a desvalorização cambial permitiu que não houvesse reclamações a respeito da abertura comercial iniciada. Do mesmo modo, a autora indica que os nacionalistas ficaram neutralizados inicialmente durante 1976 no equilíbrio produzido pelo modelo institucional de *reparto tripartito*, ainda que um equilíbrio frágil.

Evidência da fragilidade do sistema é a ocorrência de um conflito entre o Ministério da Economia, comandado pelo Ministro Martínez de Hoz e o Ministério do Trabalho, que ficou a cargo do Exército, com o General Horácio Liendo. Portanto, um ministério tão importante, ficou fora da influência de Martínez de Hoz. O resultado inicial deste conflito foi que Martínez de Hoz, com propostas radicais contra os sindicatos e as leis trabalhistas, aprovou uma Lei dos Contratos de Trabalho em abril de 1976, que resultou em uma reforma trabalhista “moderada” (Novaro; Palermo, 2007).

Aliás, em 1977, o programa econômico já não seguia estritamente o que foi anunciado no programa de 2 de abril de 1976. Além da questão do desemprego que era um veto estrito militar, houve medidas que aprofundaram o pragmatismo do plano. Em 8 de março de 1977, o Ministro surpreendeu anunciando a “trégua de preços” por 120 dias para tentar eliminar drasticamente a inflação através da alteração das expectativas inflacionárias, se afastando do diagnóstico puramente monetário<sup>12</sup>.

Apesar de todos os vetos e as dificuldades de Martínez de Hoz implementar uma política econômica restritiva e realizar reformas econômicas de longo prazo, chegou um determinado momento que, sob todas as restrições impostas pelos militares, o ministro tentou a imposição de algumas reformas e uma maior radicalidade em relação ao objetivo anti-inflacionário de forma mais dura. Englobavam essa nova política, o lançamento da reforma financeira em 1977 e uma política monetária restritiva, e no fim de 1978 a implementação do enfoque monetário do balanço de pagamentos e o aprofundamento da abertura comercial. Nos atemos agora à conjuntura de 1977, mostrando tanto as ações de Martínez de Hoz, quanto as resistências encontradas. Depois seguimos para a elaboração da nova estratégia anti-inflacionária em fins 1978.

Pouco tempo depois da “trégua de preços” Martínez de Hoz anunciou a ambiciosa reforma financeira, acompanhada de uma política monetária restritiva. A reforma financeira foi a mais privilegiada desde o início do governo, e era tida como fundamental para a alteração drástica das bases industriais e do

---

<sup>12</sup> Os controles de preços faziam parte de uma crítica que o próprio ministro realizou no plano econômico de 2 de abril de 1976, segundo o qual os controles de preços além de não resolverem o problema inflacionário, contribuíam para seu aumento (Martínez de Hoz, 1981).

populismo argentino. Do ponto de vista dos militares, os nacionalistas olhavam a reforma financeira com desconfiança, uma vez que a expansão das entidades financeiras e a especulação ameaçavam o “produtivismo” militar, contrariando a concepção de intervenção do Estado, especialmente o “desenvolvimento nacional” através da indústria (Canelo, 2008). O marco fundamental desse processo de resistência dos militares para a autora é que em agosto de 1977 o governo criou o Ministério do Planejamento. A criação do Ministério suscitou críticas dos liberais tradicionais (Vicente, 2011, n.p, tradução nossa).

Além de uma proposta alternativa à política econômica e ao avanço liberal de Martínez de Hoz, que foi institucionalizada na figura do Ministério do Planejamento, a reforma financeira e a política monetária restritiva a partir de meados de 1977 ocasionaram outras reações militares, empresariais, e houve fissuras e conflitos na organização administrativa do Estado e até mesmo dentro da equipe econômica. Na preparação da reforma financeira, a proposta do Ministério da Economia não previa a garantia estatal de 100% dos depósitos, pois foi retirada por Martínez de Hoz da proposta da comissão formada por representantes das instituições financeiras e funcionários do Banco Central (Martínez de Hoz, 1991). Conforme Novaro e Palermo (2007) isto implicou em uma oposição forte dos militares e do setor financeiro local, que temiam a “desnacionalização” do setor financeiro. Isso é confirmado pelo próprio ministro em várias ocasiões, por exemplo, como relata Martínez de Hoz (1990; 1991), por contradizer os princípios de concorrência e liberdade no setor (Martínez de Hoz, 1991).

Embora o presidente Videla concordasse com Martínez de Hoz, os dois aceitaram uma “solução de compromisso” (Novaro; Palermo, 2007). Martínez de Hoz (1990 *apud* Di Tella; Braun, 1990, p.154, 1990; 1991) narra que sua aceitação foi provisória “[...] porque era muito importante passar a lei” (Martínez de Hoz, 1990, p.154, tradução nossa). Em compensação, Martínez de Hoz conta que conseguiu firmar um compromisso de que a garantia de 100% seria reduzida gradualmente durante o ano. Entretanto, houve demora em se aprovar a lei e com isso, e para construir uma narrativa dos acontecimentos em relação a justificativa da crise, Martínez de Hoz relata sua ação: “Um dia a lei estava sendo discutida em uma sessão plenária da CAL, em agosto de 1979, e me disseram que seria rejeitada. Então eu pessoalmente fui persuadir eles que era necessário aprovar [...]” (Martínez de Hoz, 1990 *apud* Di Tella; Braun, 1990, p.154). A narrativa do ministro é representativa das dificuldades da implementação da política econômica e, mais do que isso, evidencia sua ação política e institucional nas arenas decisórias do Estado, como o os *Chicago boys* no Chile.

A adoção do gradualismo e os níveis ainda elevados da inflação continuavam a aguçar as críticas do liberalismo tradicional argentino, que demandava de fora do governo por vários de seus representantes uma adoção da austeridade fiscal, para diminuir os gastos públicos e a privatização das empresas estatais. Assim se deu em 12 de dezembro de 1978, quando o novo presidente do *Consejo Empresario Argentino*, Gotelli, assumia em tons críticos essas questões: “[...] Estamos em 1978 com pouca progressão na luta contra o principal flagelo que suportamos: a inflação [...] O total dos gastos de empresas aumentou em termos reais, sendo a privatização anunciada mínima e lenta (HEREDIA, 2004, p.357, tradução nossa).

No interior do processo decisório argentino (da parte que cabia à equipe econômica) houve problemas relativos às “capacidades institucionais” de aplicação das medidas da reforma financeira, o que, segundo as versões oficiais, teria sido importante para a criação de um grande movimento especulativo na economia argentina. Em entrevista a Novaro e Palermo (2007), Martínez de Hoz reclamou da organização do Banco Central, que estava direcionado para atender às necessidades estatizantes, e não conseguiu se adequar à nova realidade liberal. Outros depoimentos coletados pelos autores a *posteriori* dão indicação da não unanimidade da equipe econômica de Martínez de Hoz especificamente de erros de condução da reforma financeira. Por exemplo, Juan Alemann (liberal tradicional) atribui o principal erro ao presidente do Banco Central, Adolfo Diz (liberal tecnocrata), que teria liberado as taxas de juros repentinamente, no contexto de garantia estatal de 100%. De outro lado, Alejandro Estrada enfatizava que houve baixa supervisão a respeito da qualidade dos ativos financeiros.

Dado todos os conflitos fora do governo em relação os militares nacionalistas e aos liberais tradicionais, juntamente com os problemas no interior da equipe econômica, Martínez de Hoz adotou uma nova estratégia econômica no fim de 1978, privilegiando o objetivo anti-inflacionário. A persistência da inflação de fato incomodava Martínez de Hoz, que durante o ano de 1978 realizou vários anúncios,

conferindo progressivamente mais peso às expectativas dos agentes econômicos e à indexação mental. A preocupação principal era que, apesar da redução da inflação para próximo de 100%, ela resistia a abaixar mais, constituindo esse limite como um “piso” incessante, acompanhado de grande variabilidade das taxas mensais (Martínez de Hoz, 2016b, 2016f, p.299).

Assim, no dia 20 de dezembro de 1978 Matínez de Hoz anunciou uma mudança visando “aprofundamento e o ajuste” do programa econômico anunciado em 2 de abril de 1976 (Martínez de Hoz, 2016g) A nova estratégia era conhecida como “enfoque monetário do balanço de pagamentos”, que correspondia a uma extensão dos postulados monetaristas à “economia aberta” (Heredia, 2004; Novaro; Palermo, 2007; CANELO, 2008). Este enfoque, por sua vez, era uma estratégia econômica que continha viabilidade política porque prometia a redução da inflação com a reativação econômica, justamente o que era perseguido desde o início do governo pela equipe econômica de Martínez de Hoz, o que não implicaria ademais desgaste com a Junta Militar.

Nesta altura, quando a política cambial era o ponto central para o combate da inflação, Martínez de Hoz sustentou enfaticamente a manutenção do câmbio real valorizado, indicando uma irracionalidade em torno das solicitações de desvalorização cambial grande, indicando que ela “[...] transfere imediatamente o maior custo de importação aos preços de todos os setores e então, o remédio durará apenas poucos dias, talvez menos de uma semana” (Martínez de Hoz, 2016d, p.699, tradução nossa). Isso representava uma mudança drástica nos postulados dos formuladores econômicos, em relação ao proposto no Programa de *recuperación, saneamiento y expansión* de 2 de abril de 1976<sup>13</sup> (Martínez de Hoz, 1981).

A nova reorientação do plano econômico era uma estratégia econômica discutida apenas teoricamente a partir de 1976 na academia norte-americana. A proposta foi levada ao conhecimento de Martínez de Hoz por dois assessores “liberais tecnocratas” e não pelos liberais tradicionais. Esses assessores foram Alejandro Estrada (Secretário de Comércio e Negociações Econômicas Internacionais) e Ricardo Arriazu (Chefe de Assessores do Banco Central) (Canelo, 2008), apoiados pelos conselhos de Carlos Rodríguez e Roque Fernández (fundadores do CEMA e formados na Universidade de Chicago) (Heredia, 2004)<sup>14</sup>. Esta mudança no tratamento da inflação suscitou os representantes do “liberalismo tradicional” na Argentina, que efetuaram severos protestos, já instigados pela heterodoxia, de como a política econômica era aplicada até esse momento. Conforme Heredia (2004) demonstra em seu trabalho, várias entidades tradicionais, como o *Consejo Empresário Argentino* e a *Sociedad Rural Argentina*, criticaram a política econômica em várias oportunidades, com foco principal na valorização cambial proporcionada pela *tablita*. Também participou deste debate o tradicional crítico do governo, o engenheiro Álvaro Alsogaray, que criticava em tons mais duros a política econômica e cobrava uma ação mais decidida contra a inflação: “[...] nenhum político ou dirigente, nem tampouco nenhum especialista ou pseudoeconomista atuante conseguiu demonstrar ao público as verdadeiras causas da inflação. Todas as explicações têm sido falsas ou incompletas [...]” (Alsogaray 1979 *apud* Heredia, 2004, p.363, tradução nossa). As disputas se davam também no interior da equipe econômica.

A abertura comercial e o enfoque monetário do balanço de pagamentos foram estratégias apadrinhadas por Martínez de Hoz, dada sua intrínseca viabilidade política de estabilização sem recessão, que era uma demanda dos militares. Dentro da equipe econômica que comandava havia divisões em relação ao seu manejo e à própria concepção. Em relação à abertura comercial propriamente dita, de acordo com as entrevistas recolhidas por Novaro e Palermo (2007, p.346, p.360), Alejandro Estrada (da secretaria de Comércio) propunha uma abertura mais radical. Já Juan Alemann (Secretário da Fazenda) achava que a redução deveria ser mais gradual. Do outro lado, uma oposição mais forte era dada pelo Secretário de Desenvolvimento Industrial, Raymundo Podestá, e o Secretário de Comércio Exterior, Alberto Fraguio. É interessante notar um conflito entre Alejandro Estrada na Secretaria de Comércio, que havia reduzido de forma mais rápida as tarifas sobre importações, e Alberto Fraguio (da Secretaria de Comércio Exterior) que entendia que essa redução rápida prejudicava a indústria nacional, que foi resolvido por Martínez de Hoz

---

<sup>13</sup> Nele, assim como no caso do *El Ladrillo*, não havia qualquer evidência de uso da política cambial como instrumento de controle inflacionário. Pelo contrário, criticava-se o uso do instrumento para estimular a industrialização

<sup>14</sup> Os contatos dos economistas argentinos com a academia norte-americana são importantes, como se evidencia, por exemplo, pela publicação conjunta de Carlos Rodríguez com Jacob Frenkel do artigo *Portfolio Equilibrium and the Balance of Payments: A Monetary Approach* em 1975 (Rodríguez; Frenkel, 1975).

unificando as duas em uma só, a Secretaria de Comercio Exterior e Negociações Econômicas Internacionais, concentrando o poder nas mãos de Alejandro Estrada (Canelo, 2008). Este é um exemplo claro do papel de mediador de conflitos de Martínez de Hoz no interior da equipe econômica, filtrando aquelas posições que fossem mais adequadas à tentativa do ministro de reorientar a política econômica para o objetivo anti-inflacionário.

Também muitas críticas internas foram formuladas em relação à proposta de estabilização via enfoque monetário do balanço de pagamentos, ou seja, havia certa resistência no interior da equipe econômica sobre a viabilidade da valorização da taxa de câmbio real como instrumento anti-inflacionário. De um lado havia os apoiadores, Adolf Diz, Presidente do Banco Central que implementava a política (Novaro; Palermo, 2007), e o conselheiro próximo a Martínez de Hoz, Ricardo Arriazu. De outro lado, o maior expoente desta posição crítica era certamente o Secretário de Finanças, Juan Alemann, que se tornou defensor da perspectiva liberal tradicional de combate à inflação: “resulta difícil estabilizar a economia com ‘sobreemprego’” (Alemann 1979 *apud* Novaro; Palermo, 2007, p.351). Em entrevista concedida a esses autores, Juan Alemann enfatiza que estava 100% com a flutuação da taxa de câmbio e deixa claro sua posição. Além dele, Alejandro Estrada (Secretaria de Comércio Exterior e Negociações Econômicas Internacionais) também era favorável a passagem de um câmbio administrado para um flutuante por meio de desvalorizações. Essa posição de Estrada é confirmada pela literatura (Nogués, 1986). Estrada, que ganhou poderes após a derrota institucional de Alberto Fraguíó se envolveu em outro conflito em relação ao enfoque monetário do balanço de pagamentos.

Como sinaliza Nogués (1986), ocorreu uma disputa entre agências, da Secretaria de Comércio Exterior e Negociações Econômicas Internacionais, da qual Alejandro Estrada era Secretário, com o Banco Central, sob a presidência do liberal tecnocrata Adolfo Díz. Conforme explica o autor, o Banco Central era historicamente o órgão mais poderoso para implementar a política econômica, com muitas atribuições relativas à definição da taxa de câmbio, pagamentos internacionais, definição da taxa de juros e alocação de crédito.

Em relação aos objetivos do balanço de pagamentos, nem sempre esses instrumentos eram suficientes, e dessa forma a antiga Secretaria de Comércio<sup>15</sup> obteve faculdades para implementação de outros instrumentos de política econômica, o que a possibilitou implementar, por exemplo, proibições de importações, licenças sobre importações, aumentando tarifas, etc... Quando se iniciou o governo da ditadura militar, o poder da Secretaria de Comércio foi limitado. A partir da valorização real da taxa de câmbio, a secretaria recebeu muitas demandas para um maior protecionismo. Nesse contexto, Alejandro Estrada demandou a desvalorização cambial (Novaro; Palermo, 2007). Como Martínez de Hoz decidiu em favor do Banco Central, na continuação da *tablita*, Estrada concedeu uma série de incentivos, aumentando, por exemplo, preços oficiais, direitos compensatórios, subsídios às exportações e por último, ações *anti-dumping*. Temos aqui mais um exemplo da gestão política de Martínez de Hoz no interior da equipe econômica em favor da continuidade da estratégia anti-inflacionária, como parte de sua inflexão mais radical após 1978.

## 5. Considerações finais

O artigo teve como principal objetivo comparar as políticas econômica das ditaduras militares do Chile e da Argentina sob um ângulo que foca nos condicionantes políticos e os conflitos para a elaboração e implementação das políticas econômicas por parte dos economistas inseridos nos processos decisórios. Visou-se preencher uma lacuna na bibliografia dada a não existência de trabalhos para os casos do Chile e da Argentina que compare as políticas econômicas dos regimes militares a partir da integração de elementos advindos dos condicionantes políticos e a participação, atuação e conflitos dos economistas na definição das políticas econômicas. A conclusão mais geral do trabalho é que as equipes econômicas não eram monolíticas, e tinham em seu seio intensos conflitos entre economistas e profissionais que dirigiam a economia. Em outras palavras, subjacente às políticas econômicas desses casos, vistas *ex-post* - a aplicação

---

<sup>15</sup> A Secretaría de Comercio se fundiu com a de Comercio Exterior, gerando a Secretaria de Comercio Exterior e Negociações Econômicas Internacionais.

rígida do monetarismo chileno e o pragmatismo argentino – há muitas mudanças e nuances nas trajetórias das políticas econômicas associadas a conflitos e disputas no interior do Estado. A noção de um processo de disputas por trás da elaboração e implementação das políticas econômica é o aspecto mais importante que a pesquisa procurou elucidar.

Isto no remete a relação entre técnica e política para os economistas. Argumentamos que os economistas não ficaram em seus gabinetes preocupados essencialmente com a tomada de decisões de acordo com critérios puramente técnicos. Na verdade, havia movimentações em busca do processo decisório, para imprimir a ele uma determinada orientação. Assim, por exemplo, como ocorreu também com os *Chicago boys*, no caso da Argentina, Martínez de Hoz também compartilhava do mesmo senso de dirigente político, tentando se movimentar nas arenas institucionais do Estado recheadas de vetos e iniciativas contrárias dos militares. Porém seus feitos em relação às movimentações foram díspares em relação ao caso chileno. Além dos conflitos com os militares, que requeria adaptações, também geria o debate realizado no âmbito dos seus meios sociais fora do governo com representantes do liberalismo tradicional. Por fim, o ministro ainda tinha que filtrar as medidas de acordo com seus objetivos e as restrições políticas, levando em consideração ainda as diferentes visões de economistas no interior da equipe econômica que liderava, para mediar conflitos e solucionar impasses em consonância com a orientação conjuntural ou de longo prazo que queria imprimir na política econômica.

Ao contrário de parte da bibliografia que tende a naturalizar a aplicação rígida das políticas econômicas no Chile em função de uma maior aceitação das Forças Armadas chilenas em relação às políticas liberais - o que não teria ocorrido tão marcadamente na Argentina - procuramos sugerir que em ambos os casos havia conflitos entre frações de militares e economistas. Embora seja verdade que as disputas parecem ser mais intensas na Argentina do que no Chile, a principal diferença entre os casos neste aspecto, argumentamos, foi que os *Chicago boys* contaram com um maior apoio de Pinochet que mediou conflitos em favor dos economistas formados em Chicago, não só entre economistas e profissionais civis, mas também dentre as oposições nas próprias Forças Armadas, como por exemplo dos diversos militares agrupados em torno do Comandante da Força Aérea na Junta Militar Gustavo Leigh. Mas também não é o caso de automatizar ou superestimar em termos deterministas a relação entre Pinochet e a autonomia dos *Chicago boys*. Essa relação forte e decisiva foi conquistada ao longo do tempo, mas em alguns momentos mostrou limites, por exemplo, no debate em torno da reforma da previdência chilena com José Piñera, e na crise financeira no início da década de 1980, referente ao episódio da polêmica em torno da valorização da taxa de câmbio como estratégia antiinflacionária, que resultou na saída de Sérgio de Castro do governo.

Desta forma, os *Chicago boys* tiveram maior capacidade de enfrentar as resistências políticas dos militares. De outro lado, isso possibilitou maior força do grupo para superar outros profissionais e economistas civis, e projetos alternativos de política econômica encabeçados por estes. Os *Chicago boys* inicialmente entre 1973-1975 eram mais um grupo dentre tantos no interior do governo, que disputavam o direcionamento das políticas econômicas a serem implementadas. O grande marco divisório da hegemonia dos *Chicago boys* no governo foi a aprovação do *Programa de Recuperación Económica* em 1975, que opôs profissionais e economistas mais gradualistas, representados pelo engenheiro Raúl Sáez, e economistas que buscavam um tratamento de choque na inflação e uma radical transformação da sociedade, que eram representados na figura de Jorge Cauas e dos *Chicago boys*. Essa inflexão foi precedida no período 1973-1975 por uma série de movimentações institucionais dos economistas formados em Chicago no interior do governo em busca de influência, por exemplo, em relação ao Ministro da Fazenda Contra-almirante Lorenzo Gotuzzo, ao Ministro da Economia Fernando Léniz e por fim ao Ministro da Fazenda Jorge Cauas. Decisivo também foi o acesso a ODEPLAN, onde se formou uma aliança importante com o *gremialismo*.

A dimensão institucional da tomada de decisões se mostrou importante, pois se aumentou o poder da ODEPLAN em detrimento da CORFO, uma instituição sumariamente ligada ao passado intervencionista do país. A importância dos cargos decisórios pode ser atestada ainda pelo aumento do poder do Ministério da Fazenda quando da aprovação do programa econômico em 1975 às espessas do cargo ocupado por Raúl Sáez, o Ministério da Coordenação Econômica e Desenvolvimento. O aumento da influência dos *Chicago boys* no governo foi legitimada ainda, externamente ao governo, pela presença de Milton Fridman no país, onde à convite dos *Chicago boys* para um seminário, declarou total repúdio a medidas gradualistas. Assim,

a partir dessas estratégias, os *Chicago boys* estenderam sua influência sob os cargos estatais em detrimento de projetos alternativos, ganhando maior autonomia para a elaboração e implementação das políticas econômicas de forma abrupta. Mas a própria implementação do modelo econômico defendido pelos *Chicago boys* e seus resultados no contexto da crise econômica e financeira do início da década de 1980 colocaram reticências na autonomia dos economistas.

Por sua vez, na Argentina, a moldagem institucional denominada de *poder tripartito* usada na Junta Militar, nos ministérios e em outros órgãos favoreceu a proliferação de conflitos entre diferentes frações dos militares, e uma permanente disputa política. Toda essa situação gerava um poder muito fragmentado da Junta Militar, e os militares conseguiram se interpor em várias ocasiões em relação as propostas de Martínez de Hoz. O ministro teve uma autonomia limitada pelas incessantes disputas políticas com os militares. Martínez de Hoz enfrentou e se movimentou institucionalmente para tentar contornar um campo hostil em relação aos militares, aos liberais tradicionais e na gestão política do interior do seu próprio gabinete, marcada por divisões em torno dos liberais tradicionais e dos liberais tecnocratas. Além de todas restrições políticas, o próprio Martínez de Hoz era uma profissional pragmático com habilidade política, que pôde realizar uma política econômica eclética, com gradualismo e heterodoxia em certos momentos se adaptando às conjunturais politicamente difíceis, e em outros momentos implementando reformas mais radicais que visavam a alteração estrutural da sociedade e o combate à inflação de forma mais radical.

O processo de pesquisa pôde evidenciar novas lacunas que podem ser exploradas em futuros trabalhos. A primeira delas é que não há estudos que aprofundam nas subdivisões no interior dos *Chicago boys*, que o termo possivelmente as acoberta. Em segundo lugar, há poucos trabalhos que estudam o gabinete de Martínez de Hoz e seus membros. Em terceiro lugar, como a CEPAL se comportou frente a ascensão desses economistas monetaristas na ditadura militar chilena, quais foram as avaliações das políticas monetaristas e se houve algum tipo de resistência, envolvendo estratégias de disputas nos vários espaços da sociedade. Em outras palavras, se houve um debate entre os *Chicago boys* e a CEPAL, ou se simplesmente as condições autoritárias do regime impossibilitaram a existência do debate.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016.

BÜCHI, H. B. **La transformación económica de Chile: Del estatismo a la libertad económica**. Santiago: Grupo Editorial Norma, 1993.

CAUAS, J. El Programa de Recuperación Económica del Gobierno. In: CHILE. Dirección de Presupuestos. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 24 abril de 1975, p. 169-174, 1978a.

CAUAS, J. Exposición del Ministro da Hacienda, Sr Jorge Cauas. In: CHILE. Dirección de Presupuestos. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos** Santiago: Ministerio de Hacienda, 29 de junho de 1976, p.259-262, 1978b.

CAUAS, J. Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública. In: CHILE. Dirección de Presupuestos. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, outubro 1974, p.105-128, 1978c.

CAUAS, J. Instrucciones para La Reducción Del Gasto Público. In: CHILE. Dirección de Presupuestos. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 2 de maio 1975, p. 174-184,1978d.

DE CASTRO, S. **El Ladrillo: Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno**. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 1992.

DE CASTRO, S. **Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública**. Santiago: Dirección de Presupuestos, julho, 1981.

DI TELLA, G; BRAUN, C. **Argentina, 1946-83: The economic ministers speak**. Londres: Palgrave Macmillan, 1990.

FRIEDMAN, Milton. Bases para un desarrollo económico. Santiago: **Fundación de Estudios Económicos**, 1975.

GOTUZZO, L. Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública. In: CHILE. Dirección de Presupuetos. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, outubro 1973, p.23-44, 1978a.

LÉNIZ, F. Nos demoramos seis años para tener un desarrollo sostenido. La Tercera. 12 de novembro de 1974. In: CHILE. Dirección de Presupuetos. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, p.129-130, 1978a.

LÉNIZ, F. Sacrificios de Hoy Son el Bienestar de Mañana. La Patria. 8 de agosto de 1974. In: CHILE. Dirección de Presupuetos. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, p.101-104, 1978b.

LÉNIZ, F.; DE CASTRO, S. Entrevista al Ministro da Economía Fernando Léniz. La Tercera. 14 de julho de 1974. In: CHILE. Dirección de Presupuetos. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, p.67-96, 1978.

LÉNIZ, F.; GOTUZZO, L. Exposición de los Ministros de Economía y Hacienda. 13 jun. 1974. In: CHILE. Dirección de Presupuetos. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, p.65-86, 1978.

MARRAS, S. **Confesiones**. Santiago: Onitorrinco, 1988.

MARTINEZ DE HOZ, J.A. **Quince años después**. Buenos Aires: Eméce Editores, 1991. Disponível em: <[http://www.martinezdehoz.com/words/15\\_a%C3%B1os\\_despues.pdf](http://www.martinezdehoz.com/words/15_a%C3%B1os_despues.pdf)>. Acesso em 15 out.2018.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Discurso en al acto Aniversario de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires sobre el programa de inversión pública a mediano plazo. 11 de agosto de 1978. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, p.349-355, 2016a.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Discurso en al acto de clausura del VII Congreso Cooperativo Agrario. 8 de setembro de 1978. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, p.356-371, 2016b.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Discurso en la Bolsa de Comercio de Buenos Aires. 28 de julho de 1976. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, p.42-47, 2016c.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Entrevista radical efectuada como referencia a la pauta cambiaria. 16 de junho de 1980. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, p.699-700, 2016d.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Mensaje a los empresarios industriales con motivo del “Día de la Industria”. 2 de setembro de 1976. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, , p.63, 2016e.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Mensaje a todo país por radiotelefonía y televisión anunciando medidas de ajuste al Programa Económico. 11 maio. 1978. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Buenos Aires: Centro de Documentación e Información: p.290-297, 2016f

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Mensaje a todo el país por radiotelefonía y televisión, anunciando medidas de profundización y ajuste del plan económico. 20 de dezembro de 1978. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, p.442-541, 2016g.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. **Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina**. In: PALACIO DEHEZA, C. El plan Martínez de Hoz y la economía argentina, Buenos Aires, Corregidor, p. 346-384, 1981.

MENDEZ, J.C. Facultades Especiales a Ministro de Hacienda. 13 de abril de 1975. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978

PIÑERA, J. **Milton Friedman y sus recomendaciones a Chile**. 17. nov. 2016. Elcato, 2006. Disponível em: <<https://www.elcato.org/milton-friedman-y-sus-recomendaciones-chile>>. Acesso em 30. ago.2019.

CHILE. Junta de Gobierno. **Acta n ° 398-A. 14 out. 1980**. Santiago: Secretaria IFL/HBD. Disponível em: <[http://www.josepinera.org/zrespaldo/acta398\\_1980\\_A.pdf](http://www.josepinera.org/zrespaldo/acta398_1980_A.pdf)>. Acesso em 28. ago. 2019

## **Bibliografia**

ANGELL, A. Chile, 1958-c. 1990 (cap. 6) In: BETHELL, Leslie (org). **Historia de América Latina: El Cono Sur desde 1930**. Barcelona, Crítica, vol. 15, p. 255-213, 2002.

BIGLAISER, G. The internationalization of ideas in Argentina’s economics. In: MONTECINOS, V.; MARKOFF, J. (org.). **Economists in the Americas**. Edward Elgar Publishing, p.63-99, 2009.

CANELO, P. La política contra la economía: los elencos militares frente al plan económico de Martínez de Hoz durante el Proceso de Reorganización Nacional (1976-1981). In: PUCCIARELLI, A.R. **Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura**. Buenos Aires: Siglo XXI, p. 218-312, 2004.

CANELO, Paula. **El Proceso en su laberinto: la interna militar de Videla a Bignone**. Buenos Aires: Prometeo Libros Editorial, 2008.

CANO, W. Soberania e política econômica: o retrocesso pós 1979. In: \_\_\_\_\_. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, p.11-80, 2000.

CHATEAU, M.G. **La revolución capitalista de Chile (1973-2003)**. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012.

FERNÁNDEZ, R. G; SUPRINYAK, C.E. Creating Academic Economics in Brazil: the Ford Foundation and the beginnings of ANPEC. **Texto para Discussão n° 514**, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015.

FERRER, A. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Fondo de Cultura Económica, 3ª ed., 2004.

FRENKEL, J.A.; RODRÍGUEZ, C. A. Portfolio equilibrium and the balance of payments: A monetary approach. **The American Economic Review**, v. 65, n. 4, p. 674-688, 1975.

FRENCH-DAVIS, R. **Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile**. Tercera Edición aumentada y actualizada. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

ALDUNATE, A. F. **Los economistas y el presidente Pinochet**. Santiago: Zig-Zag, 1988.

HEREDIA, M. El proceso como bisagra. Emergencia y consolidación del liberalismo tecnocrático: FIEL, FM y CEMA. In: PUCCIARELLI, Alfredo. In: **Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura**. Buenos Aires: Siglo XXI, v. 197, 2004.

HUNEEUS, C. Tecnócratas y políticos en un régimen autoritario: los "Odeplan Boys" y los "Gremialistas" en el Chile de Pinochet. **Revista de Ciencia Política**, v.19, n.2, p. 125-158, 1998.

LOUREIRO, M.A. **Os economistas no governo. Gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. 201 p.

JOHNSON, H.G; FRENKEL, J.A. (Ed.). **The monetary approach to the balance of payments**. George Allen & Unwin, 1977.

MONTECINOS, V.; MARKOFF; ÁLVAREZ-RIVADULLA. Economists in Americas: convergence, divergence and connection In: MONTECINOS, V.; MARKOFF, J. (org.). **Economists in the Americas**. Edward Elgar Publishing, 2009, p.1-62.

MONTECINOS, V. Economics: the Chilean History. In: MONTECINOS, V.; MARKOFF, J. (org.). **Economists in the Americas**. Northampton: Edward Elgar Publishing, p.142-194, 2009

MONTES, L. Milton Friedman y sus visitas a Chile. **Estudios Públicos**, n. 141, 2016.

MUÑOZ, Heraldo. **The dictator's shadow: Life under Augusto Pinochet**. New York: Basic Books, 2008.

NOGUÉS, Julio J. **The nature of Argentina's policy reforms during 1976-1981**. The World Bank, 1986.

NOVARO, M.; PALERMO, V. **A ditadura militar argentina, 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007.

PÉREZ DE ARCE, H. **História de la Revolución Militar Chilena 1973-1990**. Santiago: Editorial El Roble Ltda, 2018;

POLLACK, M. The Right in Authoritarianism. In: POLLACK, M. **The New Right in Chile**. New York: St. Martin's Press, p.11-106, 1999.

QUEIROZ, J; QUEIROZ, E. Chile entre 2 terremotos: Personajes prominentes de nuestros últimos 50 años. **Ediciones El Libero**, 2017.

RAMÍREZ, H. Precursores del "consenso": itinerarios de algunas ideas en Brasil y Argentina, 1961-1991. **América Latina en la historia económica**, Cidade do México, n. 34, 2010, p. 269-296.

SUPRINYAK, C.E; FERNANDEZ, R.G. The 'Vanderbilt Boys' and the Modernization of Brazilian Economics. **CLAS-Center for Latin American Studies, The University of Chicago, Working Paper Series**, n. 2018.1, 2017.

VALDÉS, J. G. **Pinochet's Economists: The Chicago School of Economics in Chile**. Cambridge University Press, 1995.

VERGARA, Pilar. **Auge y caída del neoliberalismo en Chile: Un estudio sobre la evolución ideológica del régimen militar**. Programa FLACSO, 1984.

VICENTE, M.A. "¿Tu también, Bruto?" Críticas liberales a un programa liberal: el plan de Martínez de Hoz según Alsogaray, Benegas Lynch y García Belsunce en La Prensa (1976-1981). **Question**, v. 1, n. 32, 2011.